Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

MULHERES NAS PÁGINAS DOS JORNAIS EM ITABUNA/BA (1986-1992)

WOMEN ON THE PAGES OF NEWSPAPERS IN ITABUNA – BA (1986-1992)

KALIANA OLIVEIRA DA HORA*

RESUMO

O artigo analisa como a imprensa de Itabuna, entre 1986-1992, se posicionou frente a algumas transformações nas relações de gênero, sobretudo na propagação de ideias, valores e comportamentos atribuído as mulheres. A partir da discussão das fontes e da bibliografia disponível foi percebido, que os jornais Agora e Diário de Itabuna ora divulgaram papéis que corroboravam com a manutenção da organização social dos gêneros e ora mantiveram posturas, que permitiram a um grupo seleto de mulheres participarem da vida política ou ainda ter meios de comunicação para reivindicar direitos assegurados na Constituição Federal de 1988. Desse modo, atuaram também na modificação da constituição do ser mulher.

PALAVRAS – CHAVE: Imprensa. Mulheres. Politica.

ABSTRACT

The article analyzes how the Itabuna press, between 1986-1992, positioned itself in the face of some transformations in gender relations, especially in the propagation of ideas, values and behaviors attributed to women. From the discussion of the sources and available bibliography, it was noticed that the newspapers Agora and Diário de Itabuna sometimes published papers that corroborated with the maintenance of the social organization of the genders and sometimes maintained attitudes, which allowed a select group of women to participate in life. politics or even have means of communication to claim rights enshrined in the Federal Constitution of 1988. In this way, they also acted in modifying the constitution of being a woman.

KEYWORDS: Newpapers. Women. Politics.

* Graduada em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz. Especialista em História do Brasil pela Universidade Estadual de Santa Cruz. Mestra em História Regionale Local pela UNEB. E-mail: kalihistoria@bol.com.br.

INTRODUÇÃO

A dominação masculina instituiu às mulheres o lugar da invisibilidade, a desvalorização da sua participação no mercado de trabalho e na vida política. Embora não tenha atribuído a todas as mulheres uma vida restrita ao ambiente privado, impôs a elas o espaço da reprodução. Tal imposição contou com a produção de discursos e de verdades que, baseadas na filosofia, ciência e religião, normalizaram os corpos femininos e constituíram uma identidade feminina universal.

Os discursos sobre a constituição do ser feminino foram apropriados pela imprensa periódica, concebida pelo senso comum como elemento de divulgação de informações e descrição de acontecimentos. “No entanto, a imprensa, é também monumento, remetendo ao campo de subjetividade e da intencionalidade com que devemos lidar” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 254). Nesse ínterim, os periódicos criaram intervenções na agenda pública ao publicar matérias sobre normas e comportamentos femininos em Itabuna, cidade localizada no Sul da Bahia, na década de 1980 -1990.

De acordo com Hora (2018), esse período é marcado pelo aumento do número de mulheres, oriundas da classe média, no mercado de trabalho, cargo de vereanças e sindicatos em Itabuna. Tais acontecimentos levaram para a cena pública algumas reivindicações, que dialogavam com as pautas das mulheres ou dos movimentos feministas durante o processo de abertura política do Brasil, a exemplo de: críticas a dupla jornada de trabalho, participação política, igualdade salarial e se distanciaram de outras pautas comuns a alguns feminismos: discriminação racial, direitos reprodutivos e outros.

Os jornais, Diário de Itabuna e Jornal Agora, atentos ao cenário político e as mobilizações de mulheres trataram de propagar seus valores e ideias. Desse modo, buscavam corroborar com a organização social dos gêneros ao criar notas nas quais, as mulheres cumpriam com as atividades domésticas e exerciam as funções de mães e esposas. Simultaneamente, auxiliavam na alteração de alguns valores referente aos gêneros, pois argumentaram em prol da participação feminina na política.

Sobretudo, a atuação política de mulheres urbanas e brancas. Essas, por sua vez, silenciaram sobre as condições de vida de mulheres negras e pobres. As mulheres com direito a fala nas datas comemorativas citadas tinham interesses semelhantes aos masculinos, a saber, a inserção nos cargos do legislativo e no executivo e o reconhecimento profissional.

Mulheres negras, lideranças de associações e mulheres pobres não se apresentavam em espaços dedicados às mulheres. Com isso, demonstravam a ausência de reconhecimento da condição de cor e da classe social como elementos constituidores do ser mulher e apontavam, também, que, mesmo experimentando imposições de gênero, algumas mulheres tinham como privilégio o acesso aos meios de comunicação, pois

> las mujeres de clases privilegiadas consiguieron que sus inquietudes fueran «las» cuestiones en las que había que centrarse, en parte porque eran el grupo de mujeres que recibía más atención pública, el que atraía a los

> medios de comunicación de masas. Las cuestiones más relevantes para las mujeres trabajadoras y para las mujeres de los sectores populares jamás fueron resaltadas por los medios de comunicación convencionales (HOOKS, B. 2017, p. 59).

O acesso aos meios de comunicação para apresentação das demandas de mulheres brancas pode ser identificado como mais uma das vantagens da branquitude. Assim, a branquitude constitui-se de vantagens materiais e simbólicas que os brancos possuem frente aos não brancos. As desvantagens resultam da má distribuição de poder econômico, social e político como apontado por Silva (2017).

Tal cenário apresentou a possibilidade de analisar a construção do ser mulher no jornal itabunense, considerando os silenciamentos e as narrativas elaboradas por homens e mulheres brancas. As matérias escritas pelos homens eram matérias avulsas, não sendo possível identificar grupo étnico, classe social, profissão e identidade sexual dos escritores. Por isso, a ausência de discussão sobre a diversidade da masculinidade nos mesmos.

Já a presença repetitiva de algumas mulheres no noticiário dos jornais, seguido de sua identificação profissional, escolaridade e fotografia colaboraram com algumas identificações. Nessa condição, a proposta foi pensar o ser mulher, a partir das matérias publicadas na imprensa local. Sendo que, em alguns momentos, os critérios cor, profissão e escolaridade demonstraram uma multiplicidade de interesses.

As fontes da imprensa periódica utilizadas na pesquisa circulavam em Itabuna entre 1980-1992. Entre os jornais locais estavam o Jornal Agora e o Diário de Itabuna. O Jornal Agora foi fundado em 28 de julho de 1981, data de aniversário da cidade de Itabuna, por José Adervan de Oliveira, presidente do Partido Social Democracia Brasileira - PSDB, e Ramiro Soares. Essa imprensa teve gráfica própria, manteve uma tiragem de 5.000 exemplares e circulava aos sábados.

Já o Diário de Itabuna foi fundado em 20 de outubro de 1957 por Ottoni Silva e Zildo Guimarães, circulou até o mês de dezembro de 1995. Em 1964, o periódico foi comprado por Oduque Teixeira. O proprietário do jornal publicava matérias em prol da sua candidatura a prefeito da cidade.

Homens versam sobre mulheres

De acordo com Cruz e Peixoto (2007), cabe indagar como as matérias de jornais se constituem como sujeito, como se posicionam, quais são os seus aliados e os seus inimigos. A imprensa local se posiciona como sujeito que age de acordo com interesses de homens brancos, classe média e profissionais liberais da cidade de Itabuna e pauta normatizações de gênero, em um período no qual o movimento de mulheres avança em direitos no Brasil.

Nas notas abordadas, as mulheres foram definidas em relação aos homens e a partir dos homens. Em sua maioria, as reportagens não consideravam significativas

as categorias de classe, raça e sexualidade na constituição da maternidade e do matrimônio. Assim aconteceu na nota Fatos: “Mulher, mãe, filha, esposa, namorada, amiga, operária ou intelectual, não importa a qualificação, a raça ou a classe social, ela vai ser sempre a mulher” (Diário de Itabuna. Fatos Mulher. Ricardinho Batista. 11 de Março de 1986). Reparem que o termo que antecede a palavra Mulher é a palavra fatos, sendo o fato compreendido como uma simples descrição, algo carregado de neutralidade.

A descrição do ser mulher destitui de significado as variantes do ser feminino. No entanto, no prosseguimento da matéria, percebe-se que a seleção do fato e a sua descrição foram utilizadas para definir a mulher como um ser dotado de funções:

> Não é exagero dizer, que a história da mulher é uma história de submissão, pois, desde os primeiros tempos da organização dos homens em sociedades primitivas, que viviam da caça e pesca, havia uma nítida divisão do trabalho: ao homem cabia a obtenção dos alimentos e a mulher as funções ligadas a maternidade. Com o advento da agricultura, ela passou a simbolizar a fecundidade da terra, e isso lhe deu uma qualidade mágica, mas não alterou sua condição subalterna (Diário de Itabuna. Fatos Mulher. Ricardinho Batista. 11 de Março de 1986).

Por que razão as funções das mulheres desde a pré-história foram associadas apenas a maternidade? Por que o autor afirma que, desde a pré-história, as mulheres viveram em condição de subalternidade? Dividir o trabalho por sexo cria formas de perceber nas quais se apoiam a todas as coisas do mundo, em especial a própria divisão do mundo, sendo essa vista como natural como estudado por Bourdieu (1995). Diante dessas construções, cabe aos historiadores e historiadoras questionarem os processos de naturalização de uma feminilidade forjada.

Nesse ínterim, com algumas ressalvas, as informações presentes na nota remetem ao livro “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”, escrito por Friederich Engels (1984). Na obra, ainda na Pré-história, as mulheres domesticaram os alimentos e inventaram a agricultura, observando a natureza e coletando frutos da terra, pois além de cuidar dos idosos e das crianças, enquanto os homens caçavam, elas eram as responsáveis pela procura de vegetais, legumes e verduras, sendo ambas as atividades realizadas necessárias à sobrevivência dos grupos humanos.

Por que motivo, conforme matéria publicada no mês dedicado às mulheres, desde a origem dos tempos, as mulheres foram apresentadas como submissas aos homens? Por que a matéria silencia sobre o processo de subalternização da mulher, que se dá, de acordo com o autor, com o desenvolvimento da família e da propriedade privada? Somente após fixar casas, cultivar a agricultura e demarcar territórios, os homens sentiram a necessidade de que os bens adquiridos fossem herdados por filhos legítimos. Para isso, a invenção do casamento e o domínio sobre o corpo das mulheres foram necessários já que, anteriormente, as mulheres mantinham relações sexuais com diferentes homens. Por isso, quando nasciam os bebês, eles não tinham como identificar quais eram seus filhos.

Apresentar a maternidade e a submissão da mulher como algo que acontecia desde sempre, naturalizava as normatizações impostas ao gênero feminino. Outras notas dissimulavam a imposição de uma maternidade compulsória. Afirmava que as mulheres eram servas da família, de filhos e companheiros, além de indicarem que,

> os cônjuges não estão obrigados a servir-se mutuamente, mas sim a terceira entidade – essa entidade nosística (de nós) constituída pelo casal e seus filhos, que em realidade é, apenas, um componente, uma parte do nosotros maior, abrangendo a humanidade inteira (Diário de Itabuna. Esposa e Mãe. José C Ferreira de Santana. 14 de Junho de 1986).

Como sugere o título da reportagem, o texto refere-se à mulher que se concebe em relação ao pai e ao filho. A nota exalta um ideal feminino que é capaz de se doar à família e à humanidade. Na obra "O Mito do Amor Materno" de autoria de Badinter (1985), o modelo ideal de mãe e esposa seria o oposto da mulher egoísta e, por isso, incapaz de realizar sacrifícios postulados pela moral cristã. Em nome da família, as mulheres deveriam se dedicar ao esposo e aos filhos.

Além de notas que consideravam como papel da mulher servir a família, propagava-se a ideia que a função dela estaria em servir ao marido. Considerando que essas eram esposas dos motoristas, a ideia da mulher servidora do marido também era divulgada entre a classe trabalhadora. Na matéria, o sindicato dos motoristas se apropriou da data para discutir como as mulheres podiam colaborar com o trabalho dos seus companheiros:

> A participação dessas mulheres nesse evento será por demais importante, pois 'elas precisam se inteirar mais do trabalho que seus esposos realizam. Só assim podem ajudá-los a desempenhar suas funções melhorando o relacionamento com o usuário e a empresa (Diário de Itabuna. Sindicato Promove Primeiro Encontro de Mulheres. Março de 1990).

As funções de casa associadas às mulheres, em alguns momentos, deveriam ser estendidas também às funções realizadas em ambientes públicos, remetendo às profissões do cuidar. A dupla função que assumiam foram sinalizadas como o caminho para o aperfeiçoamento pessoal. Não se considerou a situação como responsável pela dupla jornada de trabalho experimentada pelas mulheres:

> Por isso a mulher de hoje deve ser aquela que cuida do esposo e dos filhos, mas também dá aula, canta no coral da igreja ou faz costura para as mães pobres. Lava roupa ou leciona no grupo escolar, para equilibrar o orçamento doméstico, mas com isso sente-se feliz porque assim integra-se na comunidade, como ser social útil, mas que sendo esposa e mãe. Ainda melhor, melhor esposa e mãe porque ajudando a comunidade, torna-se menos egoísta e, portanto, melhor (Jornal Agora. Caderno Especial. Mulher Conquista o seu espaço. 28.07 a 04 08 de 1989).

De acordo com a reportagem, a mulher cuida não somente do lar, mas estende as atividades realizadas neste espaço para outros ambientes. As múltiplas atividades lhe deixam feliz, pois fazem com que a mesma se sinta útil. Tal pensamento era comum tanto entre as mulheres com uma condição financeira melhor, que realizavam atividades caritativas, quanto entre as mulheres pobres, que cumpriam com atividades fora do lar, em favor da melhoria do orçamento familiar.

Percebam que o trabalho extradoméstico não vinha acompanhado de uma discussão sobre independência ou autonomia financeira feminina, mas sim da capacidade das mulheres em se doarem e serem socialmente úteis aos outros. O caráter benevolente feminino tem origem no século XIX a partir das ideias de Rousseau, que exaltou a capacidade da mulher de se doar e de realizar sacrifícios. Assim, a maternidade é "Um real sacrifício de si mesma. Se tanto se insiste nesse aspecto da maternidade, com uma certa benevolência, é sempre para mostrar a adequação perfeita entre a natureza da mulher e a função de mãe" (BADINTER,1985, p. 248).

A mulher das páginas dos jornais, independentemente de classe, raça, gênero e sexualidade devia cumprir a função de mãe, esposa e mulher cuidadosa. Para isso, as matérias silenciavam-se sobre a existência de mulheres que foram destituídas do direito à maternidade ou desconheceram a possibilidade de estar em casa, cuidando dos filhos, já que mulheres negras, mães solteiras, na luta pela sobrevivência precisaram deixar seus filhos aos cuidados da vizinhança, familiares ou, quiçá, sozinhos para poder angariar renda.

As distinções de classe apareceram nos jornais na rotina entre filhos e mães, de tal modo que, quando as publicações sobre as creches foram apresentadas, era preciso justificar o porquê de as mães deixarem os seus filhos na creche, e ainda contestar a ideia de que essas mães eram malvadas. Como visto na matéria de jornal,

> A creche atual não é o local onde "mães malvadas" deixam seus filhos rejeitados. Na verdade, é uma necessidade da mulher moderna. Muitas mães que não trabalham fora deixam seus filhos em creches porque necessitam de tempo para realizar outras atividades, com afazeres domésticos e ou estudo. No caso de crianças que residem em locais onde não existam áreas de lazer ou companheiros, a creche representa um espaço onde se divirtam e entre em contato com outras crianças (Diário de Itabuna. Pesquisa analisa a relação mãe e filho e suas reações. 18.09.1986).

O jornal informa que as mães que utilizavam a creche não eram malvadas e seus filhos não eram crianças rejeitadas. Esta afirmação as distinguia de mulheres consideradas egoístas, desequilibradas e anômalas pela religião, filosofia e psicanálise. As mães malvadas eram aquelas que não eram capazes de se sacrificar:

> Não é boa mãe quem quer. É preciso toda uma preparação espiritual e cristã para admitir a necessidade do sacrifício, e esse esquecimento de si eleva a boa mãe acima da condição humana, espontaneamente egoísta. Ela torna-se, portanto uma santa porque o esforço exigido é imenso. Mas, contrariamente às verdadeiras vocações religiosas, que são livres e voluntárias, a vocação materna é obrigatória (BADINTER, 1985, p. 270).

Vejam que na nota, admitem-se mudanças no cotidiano de "mulheres modernas" caracterizadas como aquelas que trabalhavam fora de casa, e, por isso, deixavam os filhos nas creches. Na matéria "Convênio trará creches da LBV", as mulheres que foram chamadas de modernas são apontadas como de trabalhadoras, e, nessa condição, a implantação de creches municipais era necessária:

> Um convênio no valor de Cz$ 235 milhões foi celebrado entre a Prefeitura de Itabuna e a Legião Brasileira de Assistência – LBA, visando a instalação

> de creches na periferia da cidade para beneficiar as populações carentes, principalmente mães que trabalham e estão impossibilitadas de cuidar de seus filhos e outras que tem o acesso ao mercado de trabalho prejudicado por não ter com quem deixar seus filhos menores (Diário de Itabuna.Convênio trará creche a LBV. 26.06.1986).

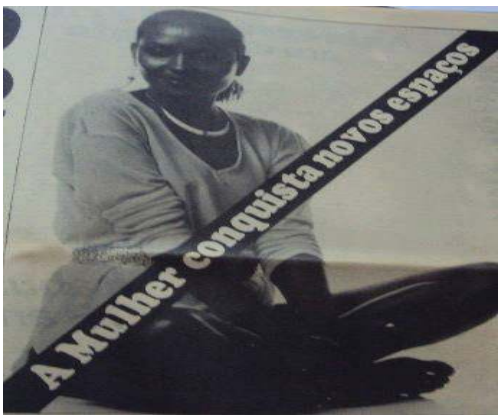
De acordo com Ana Alice Costa (2009, p. 59), "entre meados da década de 1970 e começo dos anos 1980", organizações de mulheres vinculadas às associações comunitárias e clubes de mães reivindicavam creches e trabalho doméstico. Entretanto, perceba que a chamada da reportagem era "Convênio trará creches da LBV". Nas notas do dia das mães e nas matérias do dia da mulher, bem como nessas notícias, as mulheres pobres e trabalhadoras a quem o Diário de Itabuna se refere não eram porta-vozes das suas demandas. No título da reportagem, o anúncio de implantação das creches dá visibilidade a uma aliança entre a administração e a instituição feminina de caridade, Legião da Boa Vontade.

Mulheres podem falar? Quem fala?

Como dito, nas edições comemorativas, mulheres negras não faziam pronunciamentos. No entanto, na matéria Caderno Especial: A mulher conquista novos espaços, publicada no Jornal Agora, na edição correspondente a semana de 30 a 07 de julho de 1989, se inicia com a imagem de uma mulher negra seguida do título já citado. Na reportagem, o Jornal Agora não usa a fotografia apenas como imagem submetida ao texto escrito. Há um discurso que constitui o documento fotográfico. Nesse caso, a foto da mulher negra exibe uma elegância e sensualidade que reafirma a erotização do corpo feminino e negro.

A fotografia seguida da faixa preta com a frase a mulher conquista novos espaços age como um marcador social, que ao mesmo tempo em que inclui, exclui, simultaneamente, ao fazer ver, silencia, pois nas páginas posteriores não há espaço para que se fale dos avanços e dos desafios que a mulher negra enfrentava em Itabuna.

Figura 1 - Colocar título



Fonte: Jornal Agora. Caderno Especial Mulher conquista novos espaços. 30 a 07 de Julho de 1989.

A presença da modelo negra serve de ornamento na reportagem, sendo o seu corpo destituído de espaço de fala nas reportagens femininas sobre política. A presença feminina negra no jornal está reduzida à apresentação do corpo negro e distante do lugar da mulher intelectual e política. Tal atitude faz parte de processos de manutenção da desigualdade e de inferiorização da mulher negra, pois, "O *status* inferior nessa cultura é reservado aos julgados incapazes de mobilidade social por serem vistos em termos sexistas racistas e classistas como deficientes incompetentes e inferiores (HOOKS, B, 1995, p.6).

O que vemos no jornal, reflete em parte os lugares atribuídos as mulheres na cidade de Itabuna. Hora (2018) ao estudar a trajetória de educadoras, sindicalistas e vereadoras na cidade entre 1986-1996, entrevistou mulheres negras que apontaram as dificuldades em se inserirem no mercado como educadora em razão da expropriação econômica e da discriminação racial. Inclusive, narram ter sido uma das poucas negras a acessarem o ensino superior no período.

Uma das entrevistadas, membro do PC do B e posteriormente do PT, quando indagada sobre a possibilidade de concorrer a um cargo político em âmbito executivo ou legislativo comentou que a candidatura de uma mulher negra não seria bem sucedida na cidade. Talvez ela tivesse razão, visto que entre 1948 a 1982 foram eleitas apenas quatro mulheres, nenhuma delas era negra.

Na página posterior, uma matéria com o título "Mulher conquista seu espaço", publicada no Jornal Agora em 30 a 07 de Julho de 1989, apresenta no centro da reportagem a fotografia do rosto de duas mulheres não brancas:

Figura 2 - Colocar título


ESPECIAL AGORA ITABUNA

er conquista seu e

Déa Jacobina comanda um dos movimentos pró mulher brasileira

Anorina: a mulher vive de igual para igual em relação ao trabalho do homem

mercado de trabalho. Ela também cita como exemplo o trabalho na zona rural onde a mulher exerce a mesma atividade do homem e percebe um salário igual ao das crianças. Por outro lado de profissionalização da mulher é muito baixo e explica; ela assume o trabalho doméstico, a criação dos filhos e sobra muito pouco tempo para a

Fonte: Jornal Agora. Caderno Especial: Mulher conquista novos espaços. 30 a 07 de Julho de 1989.

Do lado esquerdo uma liderança do movimento estudantil, Déa Jacobina, e do lado esquerdo, Anorina Smith Lima, presidente da Associação dos Professores de Itabuna entre 1986 -1992 e candidata ao cargo de vereadora pelo PSDB em 1992. Sobre a segunda, cabe salientar que além de lançar sua candidatura a vereança

pelo mesmo partido do diretor do jornal, Anorina contava com visibilidade política por pautar questões voltadas a democratização do ensino e se opor a gestão do prefeito Fernando Gomes pelo Partido da Frente Liberal (PFL). Essas duas últimas ações também estavam de acordo com o Jornal Agora, visto que, a imprensa local apoiou as Diretas Já, deu destaque as notícias sobre redemocratização e se opunha ao governo de Antônio Carlos Magalhães, indicado duas vezes governador do estado da Bahia pela ditadura militar, bem como aos seus aliados, no caso, Fernando Gomes.

Além da fala e da imagem das duas mulheres citadas anteriormente, há presença das falas de profissionais liberais e de mulheres brancas na matéria. Elas apresentaram desafios e conquistas femininas comuns ao período em que mulheres asseguraram alguns direitos constitucionais. A educadora Iveta Dias afirmou que:

> A mulher é discriminada em seus salários apesar da constituição federal dizer contrário e, com a licença maternidade e outros direitos sociais a oferta de emprego diminui. Foi muito mais difícil hoje da mulher abraçar um novo emprego. (Jornal Agora. Caderno Especial. Mulher conquista seu espaço. 30 a 07 de Julho de 1989).

Djamila Ribeiro (2018) destaca em seus estudos que quando se lembra que mulheres ganham menos que homens, mascara-se a realidade de que, embora a mulher branca ganhe menos do que o homem branco, o homem negro ganha menos do que a mulher branca e o homem branco e a mulher negra ganha menos do que todos os citados. Tal diferenciação é importante para pensar as especificidades de cada grupo em políticas públicas efetivas no combate à discriminação salarial.

A advogada Fátima Andrade Freire apresentou na referida matéria condições específicas às mulheres camponesas que, de acordo com ela, “exercem a mesma atividade do homem e recebem um salário inferior ao das crianças” *(*Jornal Agora. Caderno Especial. Mulher conquista seu espaço. 30 a 07 de Julho de 1989). Ela apontou como a dupla jornada de trabalho desqualifica a atividade laboral feminina e justifica a discriminação salarial, já que a mulher assume o trabalho doméstico, a criação dos filhos e sobra muito pouco tempo para a sua qualificação tanto profissional, como política.

Nas suas falas, parte dessas mulheres consideraram diferenças de classe social como impeditivos para que a mulher adquirisse condição de igualdade com os homens no mercado de trabalho e na política. No entanto, elas silenciaram sobre o critério de raça. A fala de Anorina Smith Lima chega a ser negligente quando pontua que, “a mentalidade de que a mulher é para ficar em casa cuidando do lar e optando por sua vocação em ser doméstica acabou, hoje ela tem uma vida política igual ao seu companheiro” (Jornal Agora. Caderno Especial. Mulher conquista seu espaço. 30 a 07 de Julho de 1989.).

A possibilidade de ficar em casa cuidando do lar, como dito anteriormente, não foi comum às mulheres pobres e negras. Muito menos, estas mulheres experimentaram a oportunidade de ter uma vida política igual à vida política dos homens.

Quando pontuados os desafios das mulheres, elas tinham espaço para falar

da dupla jornada de trabalho e discriminação no mercado de trabalho, bem como do direito à licença maternidade, ou seja, pautas aceitas na Constituição Federal de 1988, pós Campanha Nacional Constituinte pra valer tem que ter palavra de Mulher, organizada pelo Conselho Nacional do Direito da Mulher.

Outras reportagens realizadas pelo *Jornal Agora*, presidido pelo membro do PSDB José Adervan de Oliveira, a fim de colaborar com a eleição de Anorina Smith Lima, contribuíram com a compreensão da constituição do ser mulher nas páginas dos jornais e da contraposição entre esse ser mulher, o feminismo e as condições de vida de algumas mulheres.

Mulher da política nos jornais

As reportagens "A participação da mulher na política" e "É preciso romper com a estrutura machista dos partidos" se situam em um período em que organizações feministas implantaram cotas para mulheres na política (a lei 9.100/95). A conquista das cotas demonstrou o reconhecimento do Estado quanto aos baixos índices de participação política das mulheres em âmbito institucional e apontou para a necessidade de se criarem estratégias que garantissem a chegada de um maior número delas aos cargos de poder.

As mulheres que atuaram na política itabunense e tiveram espaços nos jornais não foram beneficiadas com a implantação das cotas, contudo, consta nas fontes jornalísticas uma atenção especial dada à discussão sobre a ocupação feminina dos cargos representativos de poder. Atenta também para o interesse do jornal em debater temáticas que estavam de acordo com a emergência da democracia, afinal democratizar os espaços de poder e os meios de comunicação era uma parte do processo de redemocratização, entretanto tal ação alcança um seleto grupo de mulheres ou de possíveis alianças.

Durante a campanha eleitoral, Anorina Smith Lima concedeu algumas entrevistas ao Jornal Agora. As três reportagens realizadas buscavam promover a imagem da candidata ressaltando sua trajetória educacional e política, sua atuação como companheira e esposa, em alguns momentos justificando a candidatura de uma mulher e lhe afastando de qualquer aproximação com algumas pautas feministas. Fazia-lhe perguntas que não eram direcionadas para os homens.

Foi perguntado à Anorina sobre as dificuldades em conciliar a vida doméstica e profissional, Anorina comentou que enfrentava a dupla jornada de trabalho, mas possuía capacidade de dar conta da vida política, profissional e doméstica:

> Em alguns momentos a gente percebe que sobra pouco tempo para dedicar à família, como agora. Mas, em tempos normais a mulher consegue se desdobrar e conciliar a vida profissional e a vida política com as tarefas de mãe e dona de casa (Jornal Agora. A participação política da Mulher. 01 a 06 11.1992).

Apresentá-la como mãe era um modo de afastá-la das representações direcionadas às feministas, que foram consideradas frustradas, vingativas e solteironas. As mulheres, que lutaram pelo reconhecimento de seus direitos, questionaram a obrigatoriedade do casamento e da maternidade, incomodando uma construção predominantemente masculina que "através da religião, da filosofia, das ciências, os formuladores desses saberes buscaram demonstrar a vocação natural e única das mulheres para tal forma de existência" (SOIHET, 2013, p.111).

Essa ação se assemelha ao primeiro momento do movimento feminista, caracterizado por Costa (2009) como de cunho conservador, pois não questionou a divisão sexual dos papeis atribuídos aos homens e às mulheres, mas reforçou a normatização desses papéis, quando se utilizou das ideias e representações da mulher mãe, esposa e capaz de conciliar distintas atividades.

O perfil de mulher, mãe e esposa era importante para demonstrar que embora fosse uma mulher pública, a sua atuação na vida política não ameaçava a organização social dos gêneros. Não significava que essas mulheres abririam mão da maternidade, pouco menos que seriam a favor de uma das pautas debatidas pelos feminismos, o aborto.

Data do fim dos anos 1980, os conflitos entre feministas contrárias e a favor da inclusão da legalização do aborto e da violência contra a mulher em suas pautas. Até o momento, eram priorizados debates em torno das creches, trabalho e educação. Mas "a pressão no sentido da inserção das novas temáticas ligadas ao corpo, a sexualidade, a discussão dos papeis de gênero tornava-se, porém, a cada dia mais insistente aglutinando apoio crescente" (SOIHET, 2013, p 136). Isso explica, durante a produção da entrevista: "Anorina Lima. É preciso romper a estrutura machista do partido·, a pergunta do entrevistador sobre o posicionamento da candidata frente ao aborto. Sendo sua postura submissa ao domínio específico das relações de poder e de acordo com o controle sobre o corpo feminino, ela diz ser contrária ao aborto e a favor da vida,

> Eu sou contra o aborto. A vida deve ser preservada. Mas acho que deve ser feita uma mudança na estrutura da sociedade para se garantir um padrão de vida às pessoas. Principalmente as mais carentes. Temos que ensinar educação sexual na escola, entre grupos de mães, entre as comunidades de bairro, e ensinar formas de controle da natalidade. E isso deve fazer parte de um plano do governo através de um programa de planejamento familiar. Eu defendo isso, não o aborto(Jornal Agora Entrevista: Anorina Lima. É preciso romper a estrutura machista do partido. 14 a 20 de março de 1992)

Controle de natalidade e o planejamento familiar foram o único consenso existente entre representantes de saúde e a entrevistada. Aliás, Basterd (2018) destacou que, a luta por instrução e aquisição de métodos contraceptivos que reduziam as chances de realização do aborto também era pauta das feministas no Brasil. Em Itabuna, a prevenção e o planejamento familiar foram temas de um curso promovido pela Secretária de Saúde, destinado a técnicos da área.

> Elsimar Coutinho diz que 300 mil abortos são feitos por ano na Bahia em

> consequência da falta de planejamento familiar. Pelo mesmo motivo menores abandonados são vistos diariamente pela cidade e o número de marginais tem crescido assustadoramente [...] O médico Pliny Adri afirma que é importante iniciar o planejamento familiar para que se reduza o crescimento desenfreado da população carente e os riscos de uma gravidez indesejada. O programa também pode reduzir o número de abortos. (Diário de Itabuna. Elsimar diz que 300 mil abortos são feitos por ano na Bahia. 27 de Fevereiro de 1991)

De acordo com a matéria, o planejamento familiar evitaria gestações indesejadas, diminuiria a quantia de abortos e reduziria o número de crianças abandonadas e carentes.

Nesse sentido, a fala dos médicos se aproximava da fala de Anorina Smith Lima, que não apoiava a legalização do aborto, mas concordava com a promoção de políticas públicas de prevenção de gravidez. Embora, na matéria, Elismar diga que 300 mil abortos são feitos por ano na Bahia, os autores não utilizam do termo “controle de natalidade”, mas “planejamento familiar”. Entretanto, as razões pontuadas por Elismar Coutino o aproximam de uma política de controle de natalidade. Desse modo, ele se assemelha a Anorina Smith que disse ser a favor da política de controle de natalidade que, diferente do planejamento familiar, seria um modo de controlar o crescimento da população de rua.

O aborto se situa no centro de discussões jurídicas, científicas e religiosas. Sampaio (2015) indica que, esses campos corroboraram a criação de mecanismos que condenam o aborto, entre eles a criminalização do ato, os possíveis riscos à saúde da mulher e os princípios religiosos. O aborto representa uma prática, ainda que secular, demonizada em grande medida pela moral cristã. E no Brasil é criminalizada. Um crime contra o feto. Logo, tratar sobre o aborto era pensar como a contestação das políticas de controle do corpo feminino é apoiada por boa parte dos membros da Igreja Católica.

Nos anos 1990, grupos feministas lançaram uma campanha em prol da legalização do aborto com o slogan “Nosso Corpo nos pertence”. No entanto, parcela de mulheres que reconheciam o machismo em partidos políticos, a precarização do trabalho feminino e as desigualdades entre homens e mulheres existentes no seio familiar, por questões de cunho religioso, discordavam dessa reivindicação. Por outro lado, de acordo com Sampaio (2015), mulheres atentas aos métodos de prevenção da gravidez, pauta comum ao movimento de mulheres desde a revolução dos contraceptivos orais em 1960, passaram a discutir a concepção como uma política pública de saúde vinculada ao planejamento familiar, contrário ao posicionamento político dessas mulheres, o aborto permaneceu submetido a criminalização e a moral religiosa.

Considerações finais

No bojo dos mecanismos utilizados para garantir a dominação masculina, os jornais Diário de Itabuna e Jornal Agora apresentaram como normatizações comuns a todas as mulheres, a maternidade e a constituição da família. Em se tratando da

maternidade de mulheres pobres e trabalhadoras, a imprensa apontou algumas diferenças no modo de experimentar a maternidade. Inclusive, justificou a criação de creches para os filhos de mulheres pobres e trabalhadoras, sendo a implementação dessas creches parte da história de luta de mulheres oriundas de movimentos populares. Essa era uma pauta da qual os impressos não demonstraram objeção.

Os periódicos também não se opuseram às críticas femininas sobre dupla jornada de trabalho, desigualdade salarial e inserção de mulheres no poder. No entanto, definiram que as mulheres que tratariam sobre os temas seriam mulheres letradas, brancas, profissionais liberais e urbanas, ou seja, mulheres que apresentavam ideias comuns ao posicionamento político e editorial da imprensa. Desse modo, calaram-se quanto à forma como a raça constitui o gênero e colabora com a construção de uma identidade universal da mulher.

Estrategicamente, os jornais apresentaram opiniões das mulheres sobre a dupla jornada de trabalho, mas reafirmaram as mesmas quando silenciaram sobre a participação do pai e esposo no trabalho doméstico e insistiram na capacidade feminina de conciliar a maternidade, matrimônio e trabalho.

Os jornais pareciam estar de acordo com a inserção das mulheres no mundo da política, inclusive pautou temas comuns ao período democrático, pois como sabido, de acordo com Costa (2014), 80% das demandas das mulheres foram inseridas na Constituição Federal de 1988. Assim, como em nível nacional algumas pautas foram excluídas, os jornais locais contestaram bandeiras caras para grupos feministas, como por exemplo, a descriminalização e legalização do aborto. Embora, o combate a discriminação e promoção da igualdade racial tenha sido prescrita na Constituição Federal, essa temática não foi contemplada.

Fontes

Centro de Documentação Regional da Universidade Estadual de Santa Cruz – CEDOC/ UESC.

a) Jornal Agora (1986 -1992).

b) Diário de Itabuna (1986 -1992).

Referências

BADINTER, Elisabeth**. Um Amor conquistado:** o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARSTED, Leila de Andrade Linhares. **Legalização e descriminalização**: 10 anos de luta feminista. In: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/download/15804/14297. Acesso em 15 de Maio de 2018.p.106

BOURDIEU, P. Observações sobre a história das mulheres. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **As mulheres e a história**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

CARVALHO, Vânia Carneiro de; LIMA, Solange Ferraz. Fotografia: usos sociais e historiográficos. In: PINSKY, Carla Bassanezy; LUCA, Tania Regina(ORG). **O historiador e suas fontes.** 1 ed. SP: Contexto, 2012.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento Feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política. In: MALUF, Sônia Weidner; MELO, Hildete Pereira et al. (Org.). **Olhares Feministas**. Brasília: Ministério da Educação; Unesco, 2009. v. 10. p. 51-82.

CRUZ, Heloísa de Maria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do Historiador: Conversas sobre História e Imprensa. **Revista Projeto História**. São Paulo, n. 35, p. 253270, dez. 2007. Disponível em: http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/2221/1322 Acesso em 22 dez. 15.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. São Paulo: Civilização Brasileira: 1984.

HOOKS, B. Intelectuais negras. **Estudos Feministas**. v. 3, n. 2, 1995. p. 6.

HORA, Kaliana Oliveira. **De coadjuvante a protagonista da história:** narrativas femininas sobre docência, sindicalismo e vereança em Itabuna - BA 1986 - 1996 . Dissertação(Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia- Santo Antonio de Jesus, 2018.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? São Paulo: Letramento, 2017.

SAMPAIO, Paula Faustino. Aborto. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Antonio Losandro (Orgs.). **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados: Ed. UFGD, 2015. p. 16.

SOIHET, Rachel. **Feminismos e anti-feminismos**: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

SILVA, Priscila Elisabete. O conceito de branquitude: reflexões para o campo de estudo. In: CARDOSO, Lourenço; MULLER, Tânia M. P.(ORGS) **Branquitude:** estudos sobre a identidade branca no Brasil. 1. ed. Curitiba: Appris, 2017.

Recebido em outubro de 2018.
Aprovado para publicação em dezembro de 2020.